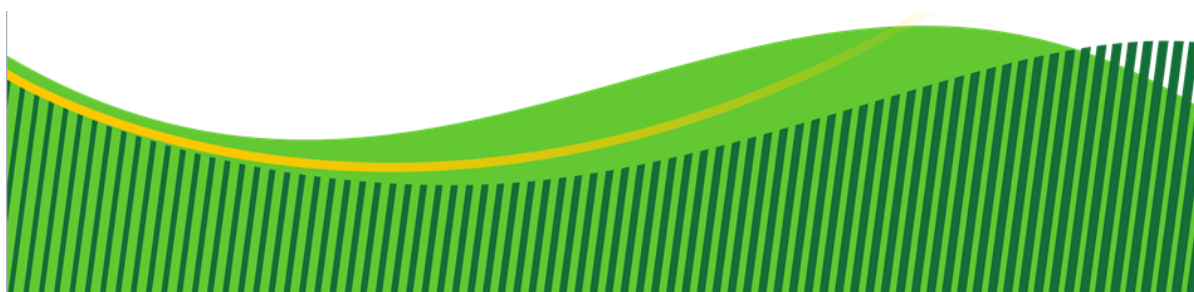


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador
CNPJ/MF nº 02.245.493/0001-55

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	19.597	22.705	CIRCULANTE	11.870	13.534
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	144	186	DEPÓSITOS (NOTA 10)	3.750	3.856
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	7.909	11.988	Depósitos à Vista	2.698	3.175
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	8	Depósitos a Prazo	1.052	681
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	7.909	11.980	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2	4
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	8.930	7.667	Recursos em Trânsito de Terceiros	2	4
Operações de Crédito	9.961	9.020	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.118	9.674
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.031)	(1.353)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	5	4
OUTROS CRÉDITOS	2.609	2.859	Sociais e Estatutárias	4.474	6.397
Rendas a Receber	374	570	Fiscais e Previdenciárias	264	265
Diversos (NOTA 05 e 06)	2.250	2.300	Diversas (NOTA 11)	3.375	3.008
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 05)	(15)	(11)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	5	5			
Despesas Antecipadas	5	5			
NÃO CIRCULANTE	20.609	17.258	NÃO CIRCULANTE	4.827	2.875
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	14.578	11.789	DEPÓSITOS (NOTA 10)	4.827	2.875
Operações de Crédito	16.401	13.447	Depósitos a Prazo	4.827	2.875
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.823)	(1.658)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.509	23.554
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	5.965	5.370	CAPITAL SOCIAL (NOTA 13)	21.029	21.307
Outros Investimentos	5.965	5.370	De Domiciliados no País	24.621	24.568
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	66	99	(Capital a Realizar)	(3.592)	(3.261)
Outras Imobilizações de Uso	1.145	1.142	RESERVAS DE SOBRAS	2.093	1.133
(Depreciação acumulada)	(1.079)	(1.043)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	387	1.114
INTANGÍVEL (NOTA 09)	-	-	Resultado de Exercícios Anteriores	-	886
Outros Ativos Intangíveis	298	298	Resultado do Exercício	387	228
(Amortização acumulada)	(298)	(298)			
TOTAL DO ATIVO	40.206	39.963	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.206	39.963

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador
CNPJ/MF nº 02.245.493/0001-55

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.542	-	3.542	7.745	-	7.745	5.285	-	5.285
Operações de Crédito	3.542	-	3.542	7.745	-	7.745	5.285	-	5.285
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(188)	-	(188)	(608)	-	(608)	220	-	220
Operações de Captação no Mercado	(161)	-	(161)	(296)	-	(296)	(287)	-	(287)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27)	-	(27)	(312)	-	(312)	507	-	507
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.354	-	3.354	7.137	-	7.137	5.505	-	5.505
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.824)	17	(2.807)	(5.373)	23	(5.350)	(3.890)	(1)	(3.891)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	55	78	41	89	130	71	4	75
Rendas de Tarifas Bancárias	62	-	62	114	-	114	91	-	91
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.265)	(30)	(1.295)	(2.415)	(37)	(2.452)	(2.061)	(3)	(2.064)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 16)	(1.132)	(30)	(1.162)	(2.083)	(48)	(2.131)	(2.006)	(5)	(2.011)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(25)	(3)	(28)	(33)	(5)	(38)	(22)	-	(22)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	590	33	623	1.843	33	1.876	2.159	3	2.162
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(1.077)	(8)	(1.085)	(2.840)	(9)	(2.849)	(2.126)	-	(2.126)
RESULTADO OPERACIONAL	530	17	547	1.764	23	1.787	1.615	(1)	1.614
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	-	-	-	4	-	4
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	530	17	547	1.764	23	1.787	1.619	(1)	1.618
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	3	3	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	2	2	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	530	20	550	1.764	23	1.787	1.619	(1)	1.618
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	23	(23)	-	(1)	1	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	530	20	550	1.787	-	1.787	1.618	-	1.618
DESTINAÇÕES	-	-	-	(1.400)	-	(1.400)	(1.390)	-	(1.390)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.332)	-	(1.332)	(1.350)	-	(1.350)
Fates - Estatutário	-	-	-	(23)	-	(23)	(13)	-	(13)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(45)	-	(45)	(27)	-	(27)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	387	-	387	228	-	228

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador

CNPJ/MF nº 02.245.493/0001-55

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	21.132	721	385	-	1.084	23.322
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(198)	(198)
Capital de associados	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.477	-	-	-	-	3.477
Baixas de capital	(3.696)	-	-	-	-	(3.696)
Resultado do período	-	-	-	-	1.618	1.618
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(13)	(13)
Reserva Legal - Estatutária	-	27	-	-	(27)	-
Juros sobre o Capital Próprio	394	-	-	-	(1.350)	(956)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	21.307	748	385	-	1.114	23.554
Mutações do Período	175	27	-	-	30	232
Saldos no início do período em 01/01/2018	21.307	748	385	-	1.114	23.554
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(166)	(166)
Destinações para reservas	-	-	(385)	1.300	(914)	1
Outras destinações	-	-	-	-	(34)	(34)
Capital de associados						
Aumento de capital	1.142	-	-	-	-	1.142
Baixas de capital	(2.032)	-	-	-	-	(2.032)
Resultado do período	-	-	-	-	1.787	1.787
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(23)	(23)
Reserva Legal - Estatutária	-	45	-	-	(45)	-
Juros sobre o Capital Próprio	612	-	-	-	(1.332)	(720)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	21.029	793	-	1.300	387	23.509
Mutações do Período	(278)	45	(385)	1.300	(727)	(45)
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	20.888	748	-	1.300	1.237	24.173
Destinação resultado exercício anterior						
Destinações para reservas	-	-	-	-	34	34
Outras destinações	-	-	-	-	(34)	(34)
Capital de associados						
Aumento de capital	620	-	-	-	-	620
Baixas de capital	(1.091)	-	-	-	-	(1.091)
Resultado do período	-	-	-	-	550	550
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(23)	(23)
Reserva Legal - Estatutária	-	45	-	-	(45)	-
Juros sobre o Capital Próprio	612	-	-	-	(1.332)	(720)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	21.029	793	-	1.300	387	23.509
Mutações do Período	141	45	-	-	(850)	(664)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador
CNPJ/MF nº 02.245.493/0001-55

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	322	2.039	1.916
Resultado do semestre/exercício	550	1.787	1.618
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(228)	252	298
(Reversão) para operações de crédito	(171)	(157)	(280)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(2)	4	(18)
Depreciação do imobilizado de uso	18	36	66
Amortização do intangível	-	-	1
Baixas do ativo permanente	-	-	(5)
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(45)	392	546
Destinações ao FATES	(23)	(23)	(13)
Dividendos SicrediPar	(5)	-	1
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	598	(3.745)	(4.067)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	153	8	(8)
(Aumento) em operações de crédito	(670)	(3.895)	(4.497)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(63)	-	-
(Aumento) Redução em outros créditos	222	246	(688)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	86	-	(5)
Aumento em depósitos	1.553	1.846	1.368
(Redução) em relações interdependências passivas	(5)	(2)	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(13)	(42)
(Redução) em outras obrigações	(678)	(1.935)	(195)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	920	(1.706)	(2.151)
Aquisição de Investimentos	(500)	(595)	(701)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2)	(3)	(3)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(502)	(598)	(704)
Integralização de capital	620	1.142	3.477
Baixa de capital	(1.091)	(2.032)	(3.696)
Juros ao capital próprio	(720)	(720)	(956)
Distribuição de Sobras	-	(199)	(198)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.191)	(1.809)	(1.373)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(773)	(4.113)	(4.228)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	8.826	12.166	16.394
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	8.053	8.053	12.166

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 06/10/1997 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os valores de depósitos judiciais antes apresentados no não circulante foram reclassificados para o circulante no grupo de Outros Créditos - Diversos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2017 Original	Valor ajustado em 2017	2017 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	20.993	1.712	22.705
OUTROS CRÉDITOS	1.147	1.712	2.859
Diversos	588	1.712	2.300
Ativo Não circulante	18.970	(1.712)	17.258
OUTROS CRÉDITOS	1.712	(1.712)	-
Diversos	1.712	(1.712)	-

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 01 de março de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	144	186
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	7.909	11.980
Total	8.053	12.166

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	9.782	16.217	25.999	22.113
Financiamentos	179	184	363	354
Carteira total	9.961	16.401	26.362	22.467

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	417	-	417	183
Total	417	-	417	183

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	14.895	12.526	74	63
Nível B	1,00	6.250	1.049	63	10
Nível C	3,00	1.911	4.798	57	246
Nível D	10,00	764	1.336	76	287
Nível E	30,00	147	298	44	89
Nível F	50,00	312	560	156	280
Nível G	70,00	338	119	237	83
Nível H	100,00	2.162	1.964	2.162	1.964
Total		26.779	22.650	2.869	3.022

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	95	1.616	2.834	8.339	12.884	12.625
Comércio	-	67	153	440	660	234
Outros Serviços	54	1.658	3.901	7.622	13.235	9.791
Total	149	3.341	6.888	16.401	26.779	22.650

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	10.242	38,25	7.168	31,65
50 devedores seguintes	8.161	30,48	7.322	32,33
100 devedores seguintes	5.483	20,47	5.400	23,84
Demais	2.893	10,80	2.760	12,18
Total	26.779	100	22.650	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	3.022	3.320
Constituição de provisão	312	(507)
Movimentação de baixados para prejuízo	(465)	209
Saldo final	2.869	3.022

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 405 (2017 - R\$ 189), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 606 (2017 - R\$ 3.324).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	10	7
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	7	2
Devedores por depósitos em garantia (ii)	1.638	1.712
Impostos e contribuições a compensar	4	-
Títulos e créditos a receber	417	183
Operações com cartões	10	4
Pendências a regularizar	72	167
Outros	92	225
Total Circulante	2.250	2.300

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se a Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Despesas antecipadas	5	5
Total Circulante	5	5

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	5.675	5.175
Sicredi Participações S.A.	288	193
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	1	1
Total	5.965	5.370

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	92.644 ON 195.809 PN	61.696 ON 130.606 PN	1 Quotas	1 Quotas	5.674 Quotas	5.175 Quotas
Percentual de participação	0,03%	0,02%	0,62%	0,61%	3,85%	3,81%
Capital social	880.597	874.847	164	164	147.417	135.798
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	156.293	153.089
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	4.987	3.974
Valor do investimento	288	193	1	1	5.675	5.175

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	1.145	(1.079)	66	99
Instalações	10%	453	(453)	-	1
Móveis e equipamentos de uso	10%	230	(204)	26	41
Sistema de comunicação	10%	14	(10)	4	6
Sistema de processamento de dados	20%	368	(356)	12	20
Sistema de segurança	10%	80	(56)	24	31
Intangível		298	(298)	-	-
Outros ativos intangíveis		298	(298)	-	-
Total		1.443	(1.377)	66	99

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	2.698	-	-	2.698	3.175
Depósitos a prazo	192	860	4.827	5.879	3.556
Total	2.890	860	4.827	8.577	6.731

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Provisão para pagamentos a efetuar	146	136
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	2.404	2.012
Outras Contingências	-	230
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	-	1
Pendências a regularizar	331	132
Operações com cartões	409	149
Demais fornecedores	63	127
Credores diversos	22	221
Total circunante	3.375	3.008

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	481	433	(640)	274
Cível	241	603	(34)	810
Tributária	1.290	-	30	1.320
Total	2.012	1.036	(644)	2.404

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	274	481
Cível	Provável	810	241
Tributária (i)	Provável	1.320	1.290
Total		2.404	2.012

(i) Refere-se à ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	21.029	21.307
Total de associados	2.602	2.422

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ (278) (2017 – R\$ 175), sendo R\$ 612 (2017 – R\$ 394) via integralização de resultados e R\$ 1.142 (2017 – R\$ 3.477), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.032 (2017 – R\$ 3.696).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 10% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	1.787	1.618
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(751)	(680)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	3	-
Receita com atos cooperativos	741	680
Juros sobre capital próprio	559	567
Outros	(552)	(567)
Subtotal	751	680
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	7.909	11.980
Outros Créditos - Rendas a receber	4	1
Investimentos (Nota 09)	5.964	5.369
Passivo		
Outras Obrigações - Diversas (Nota 11)	416	133
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	13	-
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	608	1.364
Despesas		
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 16)	8	-
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	366	341

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	136	5,04%	165
Depósitos a prazo	883	15,02%	603
Operações de crédito	532	2,02%	243

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	1.141	1.034

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	31	26
Despesa de aluguéis	243	218
Despesa de comunicação	138	88
Despesa de manutenção e conservação	52	55
Despesa de material	21	16
Despesa processamento dados	72	62
Despesa de promoções e relações públicas	80	51
Despesa de propaganda e publicidade	2	-
Despesa de seguro	11	21
Despesa de serviços do sistema financeiro	64	52
Despesa de serviços de terceiros	31	244
Despesa de serviços de vigilância e segurança	61	107
Despesa de serviços de técnicos especializados	474	343
Despesa de serviços de transportes	34	14
Despesa de viagem	171	142
Despesa de depreciação	36	66
Outras despesas administrativas	610	506
Total	2.131	2.011

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	93	8
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	603	1.360
Reversão de provisões operacionais	236	12
Outras rendas operacionais	944	782
Total	1.876	2.162

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	318	926
Contribuições Cooperativistas	-	28
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	12	6
Contribuição Confederação Sicredi	4	-
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	328	327
Outras provisões operacionais	845	4
Outras despesas operacionais	1.342	835
Total	2.849	2.126

NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	-	178
Total	-	178

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	23.221	23.554
Nível I (NI)	23.221	23.554
Capital principal - CP	23.221	23.554
Capital social	21.029	21.307
Reservas de capital	2.093	1.133
Lucros acumulados	387	1.114
Ajustes Prudenciais	(288)	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	34.344	26.352
Margem de Capital (i)	19.099	19.294
Índice de Basileia (PR / RWA)	67,61%	86,21%
Situação de Imobilização (Imob)	67	100
Índice de Imobilização (Imob / PR)	0,29%	0,44%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Miguel Calmon de Siqueira Neto
Diretor Presidente
CPF: 370.776.785-04

Alexinaldo Silva dos Santos
Diretor Administrativo
CPF: 379.916.985-72

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20